

Às 9:45 do dia 27 de agosto de 2016, no CEU Perus, é iniciada a audiência pública para apresentação da Manifestação de Interesse Privado para o Novo entreposto de São Paulo. A Sra. Patricia Saran inicia a abertura com breve relato sobre os trabalhos da audiência, onde a mesa diretora é composta pelo Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano Fernando de Mello Franco, Subprefeito de Perus Sr. Sérgio Moraes, Diretor de Desenvolvimento da São Paulo Urbanismo Sr. Gustavo Partezani Rodrigues e Arquiteto e Urbanista Sr. Carlos Leite, que representa o Novo Entreposto de São Paulo. A palavra é passada ao Subprefeito de Perus, Sr. Sérgio Moraes - representando o prefeito Fernando Haddad, que agradeceu a presença de todos os munícipes dos distritos de Perus e Anhanguera, informando que haverá por parte da população a oportunidade de se solicitar as medidas mitigadoras, como a cota de solidariedade e quota ambiental, exigidas pela lei de zoneamento. Após a fala, a palavra segue para o Secretário Fernando de Mello Franco, que enfatiza que além de ter-se a oportunidade da definição de parâmetros urbanísticos expressos pelo novo projeto aqui pretendido, existe também a oportunidade de se resgatar a aderência deste empreendimento privado chamado NESP – Novo Entreposto de São Paulo – para o futuro da Subprefeitura de Perus, articulando sua estratégica localização às questões ambientais e sociais a serem potencializadas e enfrentadas como questões prioritárias. Destaca a necessidade de Perus encontrar alternativas para o desenvolvimento econômico da região, uma vez que haverá grande oportunidade de empregos para a população local, sem que sejam esquecidas as questões mais sensíveis ambientalmente, reequilibrando as relações cotidianas de seus moradores. O secretário apresenta o projeto de intervenção urbana – PIU como nova forma de desenvolver projetos de interesse público e coletivo, autorizado originalmente pelo Plano Diretor Estratégico – PDE aprovado pela lei 16.050/2014 e regulado pela lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo nº 16.402/2016, e por decreto específico, nº 56.901/2016. Apresenta como importantíssima a oportunidade de debater junto à sociedade de modo amplo e franco, os impactos positivos e negativos como aderentes ou não à política de longo prazo para o desenvolvimento urbano do município, e de definir qual é o programa de interesse público, com denominador comum, entre os particulares interessados e a sociedade como um todo. Afirma que, através do PIU, está inaugurado um campo institucional de debates, diálogos, e de pactuação com a sociedade dos parâmetros urbanísticos para a construção coletiva de um projeto de grande impacto. Em seguida é passada a palavra ao diretor de desenvolvimento da SP-Urbanismo Gustavo Partezani, que informa qual é o papel da Prefeitura na audiência de hoje, pontuando que houve a Manifestação de Interesse Privado - MIP, e que a partir dia 21 de julho foi iniciada a Consulta Pública pela internet, ficando esta aberta para contribuições até 24 de agosto. Agradeceu a presença de todos e a cessão do espaço pelo subprefeito e pelo diretor do CEU Perus. Iniciada a apresentação com auxílio de mídia visual, informou a motivação da audiência com todo o marco regulatório que permite o rito aqui apresentado. Cita que a audiência pública coloca-se como momento anterior ao projeto, a fim de que a população tenha informações consistentes daquilo que será construído no futuro nas áreas objeto do pretendido projeto, de forma a conferir maior qualidade para a proposta de empreendimento. Frisou que não se trata de transferência do CEAGESP da Vila Leopoldina, mas sim da construção de um empreendimento totalmente custeado pela iniciativa privada, com impactos coletivos para toda a sociedade em

uma Zona de Ocupação Especial – ZOE, definida assim pela lei de zoneamento. Ressaltou que o processo de definição do PIU não é ainda a etapa do licenciamento ou da aprovação, mas sim momento anterior a este, configurando-se como o pedido de autorização para início dos projetos, que ao final terão, se aprovados pela Prefeitura, parâmetros urbanísticos fixados por um decreto específico do PIU-NESP. A seguir apresentou o fluxo de trabalho, que contará com pelo menos dois momentos de participação popular, sendo a primeira a audiência objeto da presente Ata e outra após cerca de 60 dias, quando será apresentado o PIU para ciência, conhecimento e nova manifestação da sociedade. Informou que os estudos do PIU, assim que autorizados pela Prefeitura, partirão da definição previamente concedida de parâmetros mínimos e essenciais a serem trabalhados pelos proprietários proponentes da MIP em curso. Com o avanço da reunião é passada a palavra ao arquiteto e urbanista Carlos Leite, como representante dos proprietários e responsável pela coordenação técnica do PIU. Iniciada sua apresentação, o urbanista contextualiza seu papel em relação de contratação por parte dos proprietários, com vistas à elaboração de todo o material de subsídio para a autorização dos estudos, e posteriormente para a execução do próprio PIU. Apresentou a demonstração de que a iniciativa privada terá a oportunidade de reverter e resgatar a história de Perus que após tantos anos e por diferentes razões ficou relegada a atividades deletérias o que fizeram desta Subprefeitura periférica e carente. Cita a posição estratégica das glebas e a oportunidade de se fazer um *turning point* com medidas compensatórias e estruturadas para que durante os próximos 50 anos os empreendedores consigam construir sustentadamente o entreposto e toda a cadeia produtiva associada. Apresentou através de mapas e imagens na grande tela os principais objetivos do empreendimento e a localização das áreas em questão, pontuando a chegada de cargas em grandes caminhões e a saída para entrega na cidade em carga fracionada. Citou que haverá fases subsequentes para a implantação gradativa do empreendimento de forma planejada para que os impactos sejam bem absorvidos e trabalhados coordenadamente. Mencionou o desequilíbrio entre os índices de emprego em renda, tendo no entreposto e futuro polo logístico PADESP, objeto de estudos futuros do mesmo grupo empreendedor, como oportunidade de se reverter esta situação, atenuando os grandes problemas socioeconômicos que relegam a região de Perus à marginalidade dos locais de trabalho e moradia. Apresentou através de mapas a carência de vagas de emprego na região, o que impacta no deslocamento cotidiano da população entre a moradia e o trabalho, colocando exatamente a localização das glebas em situação privilegiada para reduzir as distâncias e elevar os índices de emprego e renda. Situou, ainda, todos os principais equipamentos de interesse coletivo, escolas e parques, muito próximos das glebas objeto da apresentação, com destaque para a ETEC que, já instalada, proporciona ensino na área de logística. Mencionou os benefícios pretendidos e planejados pelo NESP para a população local, tais como o acesso exclusivo pela rodovia dos Bandeirantes e o incremento de equipamentos públicos, como produto associado a este empreendimento, além da geração de cerca de 30.000 empregos no longo prazo. Prosseguindo, apresentou o plano de trabalho para os próximos passos, após a autorização da Prefeitura para a execução do PIU, sendo 60 dias para o desenvolvimento do projeto, 1 ano e meio para aprovações e licenciamentos, 1 ano para as obras durante 2018 e 2019 e início das operações da primeira etapa previsto para 2020. Informou que haverá a necessidade de usos complementares e associados ao Entreposto, tais como restaurantes, comércios, agências bancárias, etc. Citou a possibilidade de aumento expressivo da renda média dos atuais R\$ 1.014

para R\$ 3.200 mensais, considerando a média para pagamento salarial do NESP no futuro. Finalizando, citou a localização já histórica de Perus em relação à ferrovia e ao abastecimento da cidade, citando-a como a “melhor esquina de São Paulo” e a última fronteira do desenvolvimento social, urbano e econômico a ser construído de modo planejado, ao longo do tempo. Em seguida é passada a palavra para as considerações do vereador Paulo Frange, que parabenizou a equipe da SMDU e do urbanista Carlos Leite pelo cuidadoso e importante trabalho. O vereador destacou como fundamental a revisão do marco regulatório, trazendo segurança para o desenvolvimento planejado da cidade para o futuro, fruto de enfrentamento do prefeito Fernando Haddad e grande legado para os próximos anos. Destacou que na recente revisão da lei de zoneamento houve a reserva da região onde se situam as glebas do NESP demarcando-as como ZOE, e comparou esta zona de uso com a dos grandes equipamentos de uso especial, também gravados como ZOE em outras regiões da cidade, como os aeroportos de Congonhas e Campo de Marte, tamanha a importância do empreendimento pretendido para que o planejamento seja pensado de modo correto, já que o local conta com rodovias e ferrovia, inserindo-o e articulando-o ao resto da cidade e ao Brasil. Paulo explicou que a inteligência da operação logística, moderna e eficiente, trará benefícios como a redução da poluição com salto de qualidade na implantação do entreposto, com melhorias viárias, novas áreas verdes estruturadas, incluindo as questões relativas à preservação permanente e áreas institucionais previstas. Mencionou que depois dos empregos, as habitações representam as maiores carências para a região de Perus, cuja contrapartida o novo entreposto deverá abordar. Destacou que o acesso viário exclusivo pela rodovia dos Bandeirantes será fundamental para que a carga não seja impactante para o bairro. E finalizou informando que a audiência pública presta-se a ouvir a população, colher as opiniões e absorver os comentários, felicitando este momento como histórico e muito importante para a construção coletiva do desenvolvimento urbano, agradecendo a oportunidade de participar. A palavra, então, foi passada ao vereador José Police Neto que agradeceu a presença de todos e enalteceu o atual momento de planejamento coletivo dizendo que este teve início com discussões que ocorridas em 2010, com a instalação da escola técnica com ensino voltado para logística, que agora já se demonstra com a primeira estrutura prevista para abarcar a implantação do novo empreendimento privado. Reitera que a oportunidade de aumento substancial da renda para a população local, aproveitando-a como mão de obra do empreendimento é fundamental, não adiantando importar mão de obra de outras regiões da cidade. Destacou que a garantia trazida pela legislação com a ZOE foi passo fundamental para que houvesse o ambiente institucional suficiente para o planejamento futuro. Informou que há atualmente mais de 8.000 unidades habitacionais em licenciamento na Subprefeitura de Perus, além de outras ações privadas com suporte de planejamento público, garantindo que o futuro do planejamento qualificado terá o necessário cuidado. Reforçou que pensar em desenvolvimento econômico para os próximos 50 anos exige educação qualificada para o mesmo período, de forma a diferenciar o desenvolvimento da região em modelo distinto do que aquele que a deixou como depósito de várias atividades nocivas, como o lixo, por exemplo, não parecendo ser adequado que, após o enfrentamento do fechamento do aterro sanitário que já aconteceu, a região não fosse premiada com o planejamento de ações mais consistentes e de maior valor agregado. Defendeu que ao se direcionar o investimento privado com este conteúdo para a região, a articulação entre os governos municipal, estadual e federal será fundamental para o sucesso desta construção coletiva.

Manifestou seu esforço em promover a melhoria contínua da infraestrutura na região conforme já vem acontecendo nos últimos anos, com o incremento de creches e escolas. Reforçou que o empreendimento é bem vindo como desenvolvimento para a região, tendo este concorrido com outros municípios do interior de São Paulo e RMSP, mas não se pode esmorecer com o primeiro passo que é dado hoje, pois muitos outros deverão ser superados até que se torne realidade, gerando renda, empregos e receitas para a cidade. Destacou ser importante o envolvimento do governo do Estado de modo mais intenso do que simplesmente na negociação do acesso à Rodovia dos Bandeirantes, devendo atuar também em outros setores estratégicos como educação e saúde, reconhecendo a importância do novo Entrepasto, e investindo também na ferrovia que se apresenta atualmente como o pior trem de subúrbio da RMSP. Como confirmação do desenvolvimento que vem acontecendo nos últimos anos citou a evolução de 14 posições no IDH desde que este indicador começou a ser medido, quando o distrito de Perus ocupava a penúltima posição da cidade. Mencionou a importância da área pretendida pelo NESP como a nova fronteira do desenvolvimento urbano e econômico mais equilibrado, vislumbrando a real possibilidade da construção do hospital de Perus em atendimento à demanda histórica dos moradores, como contrapartida. Finalizadas as manifestações dos vereadores presentes, a coordenação informa que foram inscritos 16 participantes para as manifestações e retoma as orientações quanto ao tempo de explanação. Chamou o primeiro Inscrito, **Sr. Mario Bortotto** - assessor do vereador Toninho Vespoli, que cumprimenta os presentes e destaca quanto ao agendamento da audiência entendendo que houve pouco tempo de antecedência, não tendo prazo suficiente para discussão com os movimentos sociais. Elencou diversos assuntos como contribuição para servir de elementos para o projeto do entreposto, e esclarecimentos a serem respondidos. Ao final sugeriu a formação de uma comissão de moradores para acompanhar a evolução do projeto. Suas contribuições vieram e formato de questionamentos, assim descritos: **a.** Hospital de Perus será finalmente construído? **b.** Quais os equipamentos públicos complementares serão construídos antes da implantação do novo entreposto? **c.** Como será feito o manejo das águas visto que haverá enorme área impermeabilizada para o empreendimento? **d.** Serão construídos os reservatórios e parque linear do Ribeirão Perus que desde 2006 estão planejados? **e.** Serão instalados os Binários da Avenida Silvio de Campos, obra de baixo custo que há muito é anunciado? **f.** Como mitigar a poluição sonora e do ar considerando que surgirá com a transferência dos usuários e caminhões da Vila Leopoldina para Perus? **g.** Como será adotada solução que garanta a preservação da flora e fauna com corredores verdes, ligando os parque do Pico do Jaraguá e Anhanguera? **h.** Haverá alargamento da avenida liga os distritos de Perus ao Anhanguera com a implantação de ciclovias? **i.** Haverá a instalação de corredores de fauna para passagem para dos animais na Estrada de Perus, na altura do Parque Anhanguera? **j.** Haverá melhoramentos viários nas avenidas Raimundo Pereira de Magalhães Rodovia Tancredo Neves, de modo a evitar que os caminhões passem por dentro do bairro? **k.** Será considerada a demanda histórica para a instalação de um centro cultural na Fábrica de Cimento Portland de Perus - FCPP tombada como patrimônio histórico, juntamente com o Parque “A Luta dos Queixadas”, na área preservação permanente junto ao ribeirão Perus? **l.** Haverá recursos disponibilizados para a revitalização da Estrada de Ferro Perus – Pirapora (EFPP)? **m.** Será construído como contrapartida o terminal de ônibus de Perus? **n.** Haverá a requalificação do Parque Anhanguera? O segundo inscrito foi o **Sr. Ailton Batista** – representante de Associação Comunitária do Distrito de Perus,

que parabenizou a iniciativa dos empresários e do prefeito Fernando Haddad por permitir a vinda do “Ceasa” para Perus. Advertiu que como contrapartida do NESP, o sistema viário seja contemplado e bem planejado, pois após a criação dos pedágios nas Rodovias, os caminhões passaram a circular pelas vias do bairro, sugerindo a construção de um anel viário. Em relação à saúde, o pedido de um novo hospital foi feito como medida compensatória, destacando os acidentes que deverão aumentar na região. Sobre o transporte, a estrada de Perus foi classificada por ele como muito ruim precisando de melhorias de forma a atender à futura demanda da população. Sobre o transporte ferroviário indicou a necessidade da instalação de uma segunda linha de passageiros e uma exclusiva para cargas. O terceiro inscrito foi o **Sr. Paulinho Rodrigues** – representante do Jornal Cultural, que lembrou que na audiência do PDE em 2013 já havia destacado que a oportunidade de promoção do desenvolvimento econômico para Perus se mostrava fundamental, e informou que a revisão do zoneamento foi muito bem vinda, garantindo condições para a instalação de indústrias e empresas voltadas para atividades logísticas para a região que é muito carente de empregos, mas questionou à Prefeitura e aos empresários presentes se dada vocação logística da região o novo entreposto também trará novas empresas do ramo para que o equilíbrio socioeconômico seja mais efetivo, juntamente com incentivos para o emprego da população local, citando ainda que “o progresso passa pelas rodovias mas não fica na região”. Também mencionou a necessidade de requalificação da EFPP. O quarto inscrito foi o **Sr. Assuero Tomás** - assessor parlamentar do deputado estadual Luiz Turco, que mencionou que Fábrica de Cimento e aterro sanitário sempre foram coisas muito ruins, e que o anúncio do Entreposto foi muito positivo. Sugeriu que fossem consideradas nas destinações públicas do NESP escolas com cursos de capacitação da mão de obra nas áreas de tecnologia e logística, para que a externalidade seja mais positiva. A quinta inscrita foi a **Sra. Sandra Ribeiro de Paula da Silva Jandira** - residente do bairro desde 1969, foi conselheira tutelar, e afirmou que a rodovia dos Bandeirantes trouxe grande parte dos problemas habitacionais, pois com ela surgiram as primeiras seis favelas. Disse estar preocupada com as questões relativas aos Direitos Humanos e a exploração sexual infantil, que já ocorre nas paradas das Rodovias que cruzam a região, e que esta poderá aumentar com a chegada de novos caminhoneiros, e acrescentou enxergar a oportunidade de se valorizar o jovem aprendiz pela iniciativa privada, reiterando ser fundamental fiscalizar e aplicar as exigências para cumprimento dos incentivos fiscais exigidos para o cumprimento das normas dos jovens aprendizes, e sem se esquecer do problema da exploração da mão de obra subempregada e informal, principalmente a juvenil. O sexto inscrito foi o **Sr. Tião Bezerra** – advogado, que parabenizou a administração e iniciativa do prefeito por incentivar o início do projeto. Preocupou-se com os impactos ambientais, lembrando o grande impacto provocado pelo Rodoanel trecho norte, sugerindo como medida compensatória a valorização do parque de Taipas e a construção de um hospital. O sétimo inscrito foi o **Sr. Josevaldo** - presidente de associação de futebol de várzea, que anunciou o problema de não se expulsar a população para regiões mais periféricas após a implantação do empreendimento. Sugeriu como forma de mitigação dos impactos, o equilíbrio dos aportes financeiros modo constante e significativo para se desenvolver o Centro Esportivo de Perus, lembrando que a venda dos créditos de carbono gerados pelo aterro Bandeirantes não lograram resultados efetivos para Subprefeitura e seus bairros. O oitavo inscrito foi o **Sr. Cleto Vito** - Movimento Ponte de Pirituba Já, que parabenizou o empreendimento como importantíssimo para a região e para a população local, pedindo que em parte das áreas públicas

destinadas que se implante um centro de desenvolvimento de esportes e cultura para garantir o futuro das crianças. Convocou os movimentos organizados a cobrarem e acompanhem de perto os projetos, considerando a área como um presente para Pirituba, Perus e resto da cidade de São Paulo. A nona inscrita foi a **Sra. Monica Costa** – Associação para a Defesa da Cidadania, que se preocupou-se com a questão do sistema viário já muito congestionado de carretas – especialmente o Morro Doce / Anhanguera e reforçou ser imperioso preocupar-se a melhoria estrutural do sistema viário reparando os acessos e a conexão dos bairros atualmente segregados, com o resto da cidade, sugerindo conversas com a concessionária privada da rodovia para que haja novos acessos para a cidade e alternativas ao pedágio. Pediu a construção do terminal de ônibus Perus e a qualificação do Anhanguera. Parabenizou a administração atual da prefeitura pelos equipamentos públicos em construção e previstos para o empreendimento. O décimo inscrito foi o **Sr. Altair Gonçalves Damasceno** - Instituto de Ferrovias e Preservação do Patrimônio Cultural. Ele informou que o instituto tem participado das discussões envolvendo o PDUI – plano de desenvolvimento urbano integrado da metrópole, e também que a ferrovia Perus-Pirapora - EFPP passa por processo de restauração e sugerindo a inserção de suas questões para enfrentamento do PIU-NESP, pois se ela encontra tombada pelo CONDEPHAAT, e haveria seu aproveitamento turístico e como eixo de desenvolvimento sustentável da região, protocolando naquele ato proposta de utilização e inclusão da ferrovia no PIU ao Secretário de Desenvolvimento Urbano. Informou que haver comodato e concessão do leito da ferrovia assinado por 50 anos com os proprietários da Fábrica de Cimento, iniciado 15 anos atrás, e mencionou que há convênio com a Poli-USP, para se estudar formas de geração de energias alternativas, como a eólica, utilizando áreas ao longo do leito da ferrovia. Fez menção à concessionária CCR e o novo aeroporto de Caieiras como outro grande empreendimento a ser instalado na região, prevendo que a ferrovia possa estar articulada ao aeroporto, e sugerindo este ser considerado também no PIU-NESP, integrando todos os empreendimentos para que estes não se inviabilizem e que a pressão imobiliária não impacte negativamente nessa bem-vinda iniciativa. O décimo primeiro inscrito foi o **Sr. Cesar Nascimento** – Sociólogo, que esteve presente em “audiência pública” da Vila Leopoldina organizada pelo setor privado dias antes. Trouxe dados para posicionar a importância do CEAGESP no abastecimento de alimentos do Brasil, pois segundo ele impacta em 33% de toda a movimentação e pediu que o estudo do NESP seja feito de forma a antecipar e valorar este impacto, apontando que a central de abastecimento aqui pretendida deve ser entendida como questão de segurança alimentar, considerando que tanto o CEAGESP como novo equipamento não se tornem apenas locais de turismo, integrando-se à cadeia econômica da atividade de alimentar. Sugeriu que o Poder Público organize audiências públicas conjuntas envolvendo Perus e Vila Leopoldina, para que os impactos sociais, econômicos, e de trânsito tenham visão de conjunto para as duas grandes áreas afetadas. Mencionou a importância de se avaliar a contaminação do solo em muitas áreas na região do novo entreposto. O décimo segundo inscrito foi o **Sr. Diogo** - SMDU-DEURB, que pontuou que a elaboração dos Planos Regionais está ocorrendo desde novembro do ano passado, e com envolvimento dos conselhos participativos. O décimo terceiro inscrito foi o **Sr. Edmar Pipoca** - morador da região, que destacou que a audiência pública foi muito bem-vinda para a discussão do importante projeto de forma a levantar e mitigar os impactos e antecipar suas soluções já que prevê muitos benefícios para a população, mas que é fundamental a formação de uma comissão específica da população avaliando os impactos durante

a elaboração do projeto. Também fez lembrança de que o crédito de carbono do aterro Bandeirantes não foi revertido em benefícios para a população, como em ciclovias ou melhorias para o parque Anhanguera e pediu atenção para que isso seja bem resolvido com a vinda do “Ceagesp” para região. Acrescentou que o pedágio no Rodoanel e Anhanguera prejudicou muito a acessibilidade dos moradores da região e deveria ser revisto. O décimo quarto inscrito foi o **Sr. William** - Conselheiro participativo, que acredita ser uma oportunidade única de progresso efetivo para o bairro. Preocupa-se com o desenvolvimento social do bairro, muito carente e desequilibrado dizendo ser fundamental que haja emprego e desenvolvimento, mas além de tudo isso saúde, educação e cultura, como parte integrante das medidas compensatórias do empreendimento. Lembrou a todos da antiga demanda de transformação da Fábrica de Cimento em centro cultural aberto à população, e que os recém-concluídos Jogos Olímpicos evidenciaram a carência de investimentos públicos na formação de atletas de alto nível, dado porte do País. Reiterou a importância que deve ter o Conselho Participativo, atualmente relegado a assuntos periféricos, e apoiou a formação de uma comissão específica para acompanhar o PIU. O décimo quinto inscrito foi o **Sr. Valentim Apolari** - permissionário do CEAGESP há mais de 30 anos vendendo frutas, que enalteceu a oportunidade da transferência dos permissionários para um local melhor e mais adequado ao exercício das atividades, e que terá condição de atender melhor os clientes e a população em geral, especialmente prejudicada pelas condições precárias atuais e pelo excesso de caminhões. O décimo sexto inscrito foi o **CR da Lapa** - Fórum Social Leopoldina, nascido na Vila Leopoldina que citou sua preocupação de “onde vem progresso, também vêm problemas”, e que estes devem ser estudados com muito critério antecipadamente. Fazer referência aos números do CEAGESP de 14 mil caminhões e 60 mil pessoas diariamente como questões muito sensíveis que deverão ser cuidadas no desenvolvimento do projeto ao longo dos anos. Sugere o equacionamento da perda dos empregos na região da Vila Leopoldina com o encerramento do entreposto, para que estes sejam reabsorvidos por outro setor da economia na mesma região, de forma a não provocar desequilíbrio indesejado. Finalizadas as manifestações dos inscritos foram prestados alguns esclarecimentos pelos integrantes da mesa diretora da Audiência. O primeiro a falar foi o Sr. Carlos Leite que analisou que as falas foram muito positivas e que todas as perguntas, sugestões e manifestações foram anotadas e serão absorvidas. Reiterou ser o empreendimento privado e que este não terá condição de abarcar todas as carências acumuladas ao longo de décadas, que legaram Perus à condição de desequilíbrio socioeconômico, mas que deverá gerar muitas ações que beneficiarão à população. Trouxe exemplos internacionais de outras ações análogas onde a implantação de empreendimento deste porte gerou receita, renda e emprego, além de incremento no nível educacional e preocupação com o meio ambiente. A seguir, foi passada a palavra ao Sr. Sergio Moraes para suas considerações, tendo colocado o empreendimento como o maior de iniciativa privada na cidade atualmente, e que este contará com o apoio irrestrito da Subprefeitura que acompanhará de perto como se dará a autorização para sua implantação no futuro. Após o Sr. Gustavo Partezani destacou o bom nível das manifestações com articulações muito importantes, colocando o processo de participação como inicial e necessário, deixando aos presentes o convite de acessarem todo o material que está disponível no sítio eletrônico gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br. Passada então a palavra ao Sr. Fernando de Mello Franco que reforçou que o momento atual é o de definição das bases da modelagem financeira e econômica, e de mensuração dos impactos na cidade e em todo o sistema

de transporte, relacionando diferentes escalas, interlocutores e suas responsabilidades. Fez menção de que a propriedade, a política de abastecimento e a gestão da CEAGESP são de competência da União Federal, e que as ferrovias e rodovias são de competência Estadual. Lembrou que estão ocorrendo avanços em relação ao plano de desenvolvimento da metrópole – PDUI e que, dentro de todos os assuntos relevantes, o Plano inclui as questões de logística, jogando luz na subprefeitura de Perus como essencial, e colocou como tempestiva a participação social para a definição das bases do PDUI, em desenvolvimento. Destacou também a importância do Plano Regional que tem papel estratégico de envolver a população que deverá contribuir com a construção coletiva do futuro de Perus, já considerando o novo empreendimento, solicitando os parques, melhorias ambientais e do sistema viário e equipamentos públicos, demandas legítimas para a subprefeitura de Perus, e informou que até o final deste ano, como preconiza o Plano Diretor, este Plano deverá ser encaminhado à CMSP para aprovação. Finalizou cogitando aos presentes que talvez a questão não seja identificar o NESP como aquele empreendimento que resolverá os problemas de equipamentos públicos e abastecimento da cidade, mas sim considerar que seu papel, a logística, é o fundamental do Programa de Interesse Público, porque estratégico, já que o grande centro de abastecimento traz sim externalidades negativas, e que o papel da Prefeitura é exatamente o de mitigar e orientar estes impactos, ouvindo e absorvendo as questões da população, de forma a mensurar e devolver ao grupo empreendedor quais são os investimentos necessários para a definição da viabilidade econômica do empreendimento. Reiterou que debater francamente e em conjunto os pontos de interesses comuns entre a viabilidade do empreendimento e as demandas da população, trará potencialidades para o desenvolvimento socioeconômico da região e incentivou o fortalecimento das instâncias de participação, como o Conselho Participativo, por exemplo, devendo este ser alavancado pelo próprio empreendimento privado, dado seu impacto. Nada mais tendo a tratar, foi encerrada a audiência às 12:17h.